



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 8 de maio de 2025

| Bolsas             | Pontuação B3              | Dólar  | Salário mínimo | Euro                             | CDI    | CDB                        | Inflação  |
|--------------------|---------------------------|--|----------------|----------------------------------|--------|----------------------------|---|
| Na quarta-feira    | Ibovespa nos últimos dias | Na quarta-feira  | Últimos        | Comercial, venda na quarta-feira | Ao ano | Prefixado 30 dias (ao ano) | IPCA do IBGE (em %)   |
| 0,09%<br>São Paulo | 135.133                   | R\$ 5,745<br>(+ 0,61%)   | R\$ 1.518      | R\$ 6,495                        | 14,15% | 14,60%                     | Novembro/2024 0,39<br>Dezembro/2024 0,52<br>Janeiro/2025 0,16<br>Fevereiro/2025 1,31<br>Março/2025 0,56 |
| 0,7%<br>Nova York  | 2/5 5/5 6/5 7/5           | 30/abril 5,676<br>2/maio 5,654<br>5/maio 5,689<br>6/maio 5,710 |                |                                  |        |                            |   |

## ESCÂNDALO DO INSS

# Governo se apressa para devolver dinheiro

Fontes ouvidas pelo **Correio** dizem que o plano de ressarcimento sai até amanhã. Pagamentos virão na folha de maio

» RAFAELA GONÇALVES

O plano de ressarcimento dos aposentados que foram alvo de fraudes em empréstimos consignados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve ser anunciado pelo governo até amanhã, informou ao **Correio** um interlocutor do Ministério da Previdência. Na última segunda-feira, após reunião na Casa Civil, o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, havia anunciado o plano para a próxima semana, mas uma força-tarefa trabalha para antecipar.

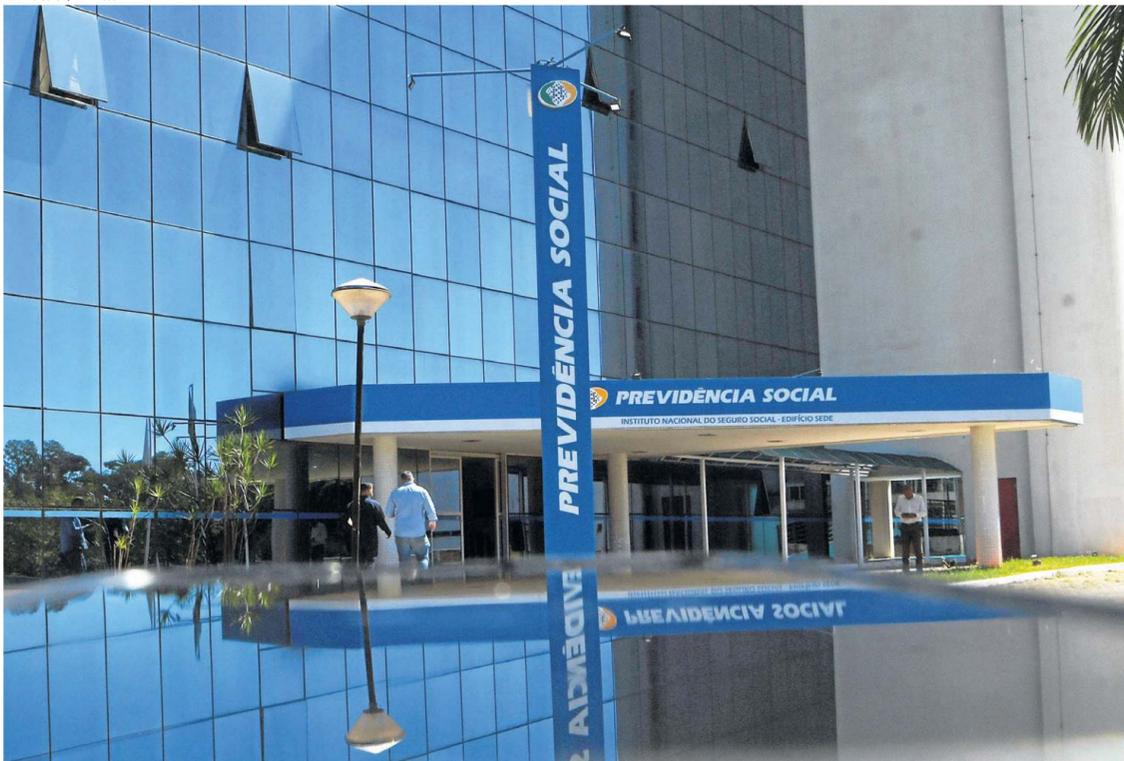
Os reembolsos, que devem ter início em junho, serão repassados diretamente na mesma conta em que já é depositado o benefício previdenciário. O recurso virá junto com o aposentadoria, em folha suplementar — uma folha de pagamento adicional. O calendário de pagamentos da folha de maio tem início no próximo dia 26 e vai até o dia 6 de junho. O valor do ressarcimento estará junto com o pagamento deste mês, que também contará o depósito da segunda parcela do 13º, e cai na conta conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

O governo ainda tem alguns desafios para identificar os descontos que não foram autorizados. A fonte dos recursos para a devolução também é incerta. Segundo integrantes do Executivo, a ideia é que o uso de recursos públicos para cobrir as fraudes ocorra apenas em “último caso”.

Não há informações precisas sobre quanto, de fato, foi desviado. Em relatório, a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou que, de 2019 a 2024, os descontos somaram R\$ 6,3 bilhões, mas nem tudo foi de forma não autorizada.

A expectativa é de que os recursos para o reembolso venham a partir de ações regressivas promovidas pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra as entidades fraudadoras. Contudo, por

Ed Alves CB/DA Press



Os reembolsos serão feitos diretamente na conta do beneficiário. Com depósito previsto para junho, o recurso sairá em folha suplementar

se tratarem de procedimentos judiciais, inevitavelmente demoram a chegar a uma conclusão, e uma das determinações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos auxiliares é que as vítimas das fraudes sejam ressarcidas o quanto antes.

### Orçamento

A alternativa mais imediata seria tentar recuperar os recursos desviados. No entanto, é provável que uma parte desse dinheiro já tenha sido gasta ou repassada a terceiros, o que torna o rastreamento mais difícil e demorado, conforme avaliou o economista Lucas Saqueto, coordenador de Governança Corporativa da GO

Associados. “Por isso, é improvável que o governo consiga recuperar os quase R\$6 bilhões apenas por meio da busca por bens e dinheiro desviados. Assim, o governo precisará complementar o ressarcimento”, destacou.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, defendeu que os recursos saiam de dentro dos limites da meta fiscal. As rubricas do Orçamento com potencial de serem remanejadas para pagar os aposentados são as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as das emendas parlamentares, que contam com a maior destinação de recursos previstos.

Segundo Saqueto, existem

algumas alternativas viáveis, algumas com custo político e econômico consideráveis. “Uma possibilidade seria a realocação de recursos de outros setores do orçamento, como o fundo eleitoral, que em 2024 teve um orçamento de R\$5 bilhões — valor próximo à estimativa de descontos irregulares, de R\$5,9 bilhões. No entanto, essa medida teria um alto custo político”, disse o economista, que enfatizou que “encontrar espaço no orçamento não tem sido uma tarefa fácil”.

Ele lembrou que, no fim do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou um plano fiscal que “frustrou as expectativas” ao não conseguir apresentar tantas medidas

de redução de gastos e focou mais no aumento de receitas.

### Desdobramentos

Fontes ligadas à Polícia Federal afirmam que a operação que apura as fraudes deve ter novos desdobramentos na próxima semana. A avaliação é de que ainda pode haver tempo para destrinchar o esquema, já que ainda não está claro quando os desvios começaram.

Investigações passadas do Ministério Público (MP) já apuraram descontos indevidos em 2018 e 2019, ainda nos governos de Michel Temer (MDB) e de Jair Bolsonaro (PL), mas em escala menor.

## TCU exige explicação

» MAIARA MARINHO

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas determinou o prazo de 15 dias para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência explicarem como será feita a devolução dos valores indevidamente descontados de aposentados por entidades associativas e qual será a origem dos recursos. A decisão vem em meio a uma crise entre os ministros do TCU, após demora na apreciação de um processo envolvendo o tema, de relatoria do ministro Aroldo Cedraz, que acusa os colegas de estarem tentando retirar a pauta do seu gabinete.

A sessão de ontem foi marcada por mais um bate-boca entre os integrantes do tribunal. “Estou nessa Corte há mais de 30 anos. Nunca vi isso acontecer, a não ser em outro processo do eminente ministro Aroldo Cedraz”, mencionou o ministro Walton Alencar. Ele já havia criticado o colega na sessão do dia 30 de junho, devido à demora para decidir sobre recursos apresentados pelo INSS.

### Acórdão

Um acórdão de junho de 2024 já trazia diversas determinações para evitar fraudes em descontos para aposentados e pensionistas. A determinação veio após uma auditoria do TCU encontrar irregularidades envolvendo entidades associativas. O tribunal determinou ao INSS a suspensão imediata de novos descontos, assim como a atualização de todos os contratos envolvendo descontos em folha de pagamento de aposentados e pensionistas.

Na época, o órgão recorreu informando que não dispunha de estrutura tecnológica e de mão de obra para atuar no prazo estabelecido. Foram realizadas seis sessões no plenário do TCU sobre o tema neste período e, em todas as vezes, o tema foi retirado de pauta sem definição. Somente hoje, pela sétima vez, os ministros votaram pela recusa de todos os recursos apresentados pelo INSS.

“Acredito que, pela materialidade que esse processo ostenta, pelo nível das fraudes, o ministro relator precisa se justificar se essas retiradas de pauta se justificam por conta das tratativas que então eram realizadas, se era ele que fazia essas tratativas, quem participava e quais eram os objetivos, eram motivos republicanos?”, questionou Alencar.

Ao mencionar a discussão da sessão anterior, o ministro relator do caso, Aroldo Cedraz, acusou os colegas de desejarem retirar dele a relatoria do processo. “O Brasil assistiu na última sessão a um quadro que nunca vi nesta casa. Um quadro que foi criado ao longo das semanas anteriores, de como uma estrutura foi montada para que eu pudesse perder a relatoria”, comentou.

## Bancos sugerem grupo de trabalho contra fraudes

Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Os presidentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Leandro Vilain, reuniram-se ontem com o novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior. As entidades entregaram um ofício pedindo a criação de uma frente de trabalho sobre proteção aos beneficiários.

De acordo com as entidades, o intuito é de manter “um diálogo próximo e colaborativo com o INSS e demais entes envolvidos no processo de consignação de empréstimos a aposentados e pensionistas”. “De modo a somar esforços e discutir medidas que fortaleçam e ampliem a proteção dos beneficiários do INSS, assegurando a total lisura na oferta e na contratação de crédito consignado”, destacou a Febraban e a ABBC em nota.

No documento, as entidades

citam algumas medidas que podem colaborar para o processo de proteção aos beneficiários do INSS. Entre elas está a criação de um sistema de bloqueio de ligações (“Não me Perturbe”), o monitoramento de reclamações contra correspondentes bancários e agentes de crédito com sanções em caso de irregularidades (advertência, suspensão e exclusão), além de auditorias anuais.

As entidades afirmaram que estão em interlocução com a Controladoria-Geral da União (CGU) e fizeram um histórico sobre os debates de medidas para mitigação dos problemas relacionados a empréstimos consignados a aposentados e pensionistas. A Febraban solicitou que qualquer reclamação de empréstimo consignado não autorizado deve ser imediatamente apurada pelos bancos associados. Havendo a



Isaac Sidney, presidente da Febraban, apresentou sugestões ao INSS

confirmação de que o empréstimo não foi autorizado, o banco deve cancelar a operação e fazer o estorno do crédito e o ressarcimento dos juros pagos.

### Auditoria

Desde 2019, a federação realiza uma auditoria mensalmente com os dados de empresas

flagradas em conduta assediada ou fraudulenta no crédito consignado. De acordo com a Febraban, em 2023, foram realizadas 23,3 milhões de operações de crédito consignado para beneficiários do INSS, num total de R\$ 79 bilhões. Na plataforma [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br), foram identificadas 5.339 reclamações em 2023, por empréstimo consignado do INSS não autorizado, relativas a bancos que fazem parte da autorregulação que a entidade mantém com a Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

Quando considerado o total de instituições financeiras concedentes de consignado a aposentados, o número de reclamações totaliza 9.648 queixas no ano. Entre 2021 e 2023, as reclamações reduziram de 36.226 para 9.648, representando uma queda de 73% nas queixas por empréstimos consignados não autorizados a aposentados. (RG)